



A COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO PLANO “BRASIL SEM FOME”

LOCATELLI BONETT, Luiz Felipe.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o discurso governamental presente na comunicação pública do Plano Brasil Sem Fome, lançado pelo Governo Federal em 2023. A partir de uma abordagem qualitativa, com base na Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin, busca-se compreender como a fome é representada nos discursos oficiais e de que forma o plano se constitui enquanto ação simbólica e política. O estudo articula autores como Josué de Castro, Stuart Hall e Jean Baudrillard para interpretar os sentidos produzidos sobre a fome, os sujeitos beneficiários e o papel do Estado na superação dessa realidade. Os resultados apontam para a construção de uma identidade governamental baseada no cuidado e na reconstrução moral do país, mas também evidenciam riscos de estetização e simulação do problema, caso não haja coerência entre discurso e prática.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação pública; discurso governamental; fome; Brasil Sem Fome; análise de conteúdo.

1. INTRODUÇÃO

A fome no Brasil é uma realidade persistente que revela a profunda desigualdade social presente na história do país. Mais do que uma ausência de alimentos, ela expressa a falência de políticas públicas e a negligência do Estado diante de populações vulneráveis. Em 2023, com o relançamento do Plano Brasil Sem Fome, o Governo Federal buscou recolocar a temática da fome no centro da agenda pública, propondo ações estruturantes voltadas à segurança alimentar, à produção de alimentos e ao fortalecimento da cidadania.

No entanto, o plano não se restringe ao seu conteúdo operacional. Ele também representa uma estratégia discursiva por meio da qual o Estado comunica sua posição diante da fome e tenta reconstruir sua imagem como promotor de justiça social. Nesse contexto, a comunicação pública atua não apenas como meio informativo, mas como ferramenta simbólica capaz de moldar percepções, construir identidades e mobilizar valores.

Este artigo tem como objetivo analisar o discurso governamental presente na comunicação do Plano Brasil Sem Fome, a fim de compreender os sentidos atribuídos à fome e ao papel do Estado. A pesquisa é de natureza qualitativa e utiliza a Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2011), articulando autores como Josué de Castro, Stuart Hall e Jean Baudrillard para embasar a discussão.



2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fome no Brasil é um fenômeno estrutural que atravessa gerações e reflete as contradições de um país marcado pela concentração de renda, de terra e de poder. Muito além da escassez de alimentos, ela expressa a desigualdade na distribuição dos recursos e a falência de um modelo político que historicamente excluiu grandes parcelas da população do acesso a direitos fundamentais. Josué de Castro (2007), em sua clássica obra *Geografia da Fome*, já afirmava que a fome no Brasil é fabricada socialmente: ela não resulta da incapacidade de produzir, mas de um sistema que privilegia interesses econômicos em detrimento da vida humana.

Mesmo com os avanços pontuais registrados nas últimas décadas, a insegurança alimentar voltou a crescer significativamente nos últimos anos. Segundo dados do IBGE (2023), mais de 70 milhões de brasileiros convivem com algum grau de insegurança alimentar, sendo mais de 21 milhões em situação grave — ou seja, vivendo efetivamente com fome. Esse cenário exige uma resposta imediata, mas também profunda e coordenada, capaz de articular diferentes políticas e reposicionar o Estado no enfrentamento da desigualdade.

É nesse contexto que surge o Plano Brasil Sem Fome, lançado pelo Governo Federal em 2023 com a proposta de ser uma política pública interministerial e de longo prazo. O plano retoma princípios do Fome Zero e propõe não apenas a distribuição de alimentos, mas a garantia de acesso permanente e digno à alimentação saudável por meio de uma série de ações estruturantes. Ao mesmo tempo, o plano se apresenta como uma plataforma discursiva que busca mobilizar a sociedade em torno de um valor central: nenhum brasileiro deve passar fome.

A escolha do nome “Brasil Sem Fome” carrega consigo uma afirmação de identidade nacional e uma promessa política. Trata-se de uma tentativa de reconstituir a imagem do país enquanto espaço de justiça, equidade e direitos. Assim, a política não se limita ao conteúdo operacional: ela carrega, desde sua concepção, um potencial simbólico que se manifesta na linguagem, nas campanhas publicitárias, nas narrativas institucionais e nos pronunciamentos oficiais. O plano é, portanto, simultaneamente uma proposta de ação e uma construção discursiva que deve ser compreendida no campo da comunicação pública.



2.1 COMUNICAÇÃO, IDENTIDADE E DISCURSO COMO PRÁTICA SIMBÓLICA

Ao se analisar a comunicação pública do plano, é possível perceber que seu objetivo vai além da informação: busca-se também construir uma imagem de Estado responsável e próximo do cidadão. Stuart Hall (2006) argumenta que a comunicação pública constrói identidades. A maneira como o plano representa os sujeitos da fome influencia como esses grupos são percebidos socialmente e como o governo se posiciona diante deles. A linguagem adotada, as imagens utilizadas e os valores mobilizados produzem sentidos que vão além da política operacional.

Por sua vez, Jean Baudrillard (2008) chama atenção para os riscos da simulação. Em uma sociedade fortemente baseada em imagens e narrativas, políticas públicas podem se transformar em produtos simbólicos, onde a estética e a performance comunicacional se sobrepõem à efetividade prática. Nesse sentido, a comunicação do plano deve ser analisada criticamente, para que não se torne apenas um instrumento de legitimação simbólica, mas um elo entre o discurso e a transformação real.

A análise do Plano Brasil Sem Fome, portanto, exige atenção à sua narrativa, às escolhas estéticas e ao modo como o Estado se apresenta como garantidor de direitos. A comunicação pública, nesse contexto, é mais do que um meio — é parte integrante da política.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa segue uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com o objetivo de interpretar os sentidos presentes nos discursos públicos sobre o Plano Brasil Sem Fome. O método adotado é a Análise de Conteúdo, conforme Laurence Bardin (2011), o que possibilita examinar, de forma sistemática, os conteúdos explícitos e implícitos das campanhas e materiais oficiais.

O corpus da pesquisa foi composto por vídeos institucionais, pronunciamentos oficiais, postagens em redes sociais e materiais gráficos divulgados pelos canais oficiais do Governo Federal entre 2023 e 2024. O material foi analisado em três etapas: pré-análise, categorização temática e interpretação dos sentidos discursivos. As categorias trabalhadas incluem: representação da fome, identidade dos beneficiários e construção simbólica do Estado. A metodologia adotada justifica-se pela natureza discursiva do objeto de estudo, exigindo uma abordagem que vá além da aparência das mensagens, revelando suas estruturas ideológicas e simbólicas.



4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

A análise do material revelou que o Plano Brasil Sem Fome constrói um discurso institucional que associa o governo à responsabilidade social, à reparação histórica e à empatia. As peças de comunicação utilizam imagens emocionalmente carregadas, com ênfase em famílias, crianças e agricultores, buscando representar o plano como uma ação coletiva e urgente. O slogan “comida no prato é dignidade” sintetiza esse apelo moral.

Contudo, observa-se uma dualidade. Por um lado, o plano resgata valores de cidadania e posiciona o Estado como agente promotor de justiça. Por outro, há o risco de estetização da miséria, como aponta Baudrillard (2008), quando o sofrimento é utilizado como recurso narrativo. Em algumas campanhas, a fome aparece quase como um pano de fundo para enaltecer a imagem de um governo presente, correndo o risco de substituir a transformação real pela imagem da transformação.

Stuart Hall (2006) contribui para entender como o plano constrói uma identidade nacional baseada na superação da fome como símbolo de um “novo Brasil”. Isso pode reforçar o senso de pertencimento e a participação social, desde que o discurso esteja alinhado com ações concretas e permanentes. O maior desafio do plano, portanto, é manter a coerência entre narrativa e prática, para que a comunicação não se torne apenas uma ferramenta de legitimação, mas de conscientização e transformação real.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Brasil Sem Fome representa mais do que uma política pública de combate à fome: ele simboliza um esforço discursivo para reconstruir o papel do Estado enquanto promotor da dignidade e dos direitos sociais. A comunicação do plano, ao operar em torno de valores como justiça, solidariedade e pertencimento, tem o potencial de fortalecer a identidade nacional em torno de um projeto coletivo.

Entretanto, os resultados da análise apontam a necessidade de cuidado com os limites entre mobilização simbólica e simulação. É fundamental que o discurso oficial não se descole da realidade concreta, evitando que o plano se torne um produto de marketing institucional. A fome é um problema histórico e estrutural, que exige não apenas visibilidade, mas políticas duradouras, inclusivas e eficazes. Para tanto, a comunicação pública deve ser ética, representativa e comprometida com a transformação social — e não apenas com a produção de imagem.



REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 28 maio 2025.

BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Lisboa: Edições 70, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/prisma/article/view/15530>. Acesso em: 28 maio 2025.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/473/o/CASTRO_Josu%C3%A9_de_Geografia_da_Fome.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em: <https://www.leme.uerj.br/wp-content/uploads/2010/10/hall-stuart-a-identidade-cultural-na-pos-modernidade.pdf>. Acesso em: 28 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023. Agência de Notícias IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PcfwPvTcqT7P4vS8KFZYjQ/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2025.